

Cayo César Dutra

**PROCESSOS
ESTRUTURAIS,
DIÁLOGOS
INSTITUCIONAIS
E DIÁLOGOS
INTERCULTURAIS**

o caso da interligação do Estado de
Roraima ao Linhão de Tucuruí

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Introdução	1
1 A insegurança energética em Roraima e o Linhão de Tucuruí.....	7
1.1 O Sistema Elétrico Brasileiro: breve contextualização sobre o Sistema Interligado Nacional e os Sistemas Isolados	7
1.2 Panorama da insegurança energética e do isolamento do Estado de Roraima.....	11
1.2.1 Período inicial (1970-1990): suprimento exclusivo por usinas térmicas	12
1.2.2 Período expansivo (1991 a 2018): a implementação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Jatapu e a interligação ao Linhão de Guri, na Venezuela	15
1.2.3 Período moderno (2019-2025): suprimento energético híbrido e isolamento	18
1.3 O Linhão de Tucuruí: origem e trajeto construído	25
1.4 A proposta de conexão de Roraima ao Sistema Interligado Nacional	28
1.5 A relevância do empreendimento e os benefícios esperados	36
2 A Judicialização do problema e sua solução consensual	41
2.1 Contextualização do problema judicializado	41
2.2 Demandas judiciais diretamente relacionadas ao caso (núcleo essencial).....	42
2.2.1 Ação Civil Pública n. 18408-23.2013.4.01.3200/AM e Pedido de Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela n. 0076128-42.2013.4.01.0000	42

2.2.2 Ação Civil Pública n. 18032-66.2015.4.01.3200/AM e Pedido de Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela n. 0012025-21.2016.4.01.0000	53
2.2.3 Ação Cautelar n. 4.128 e Pedido de Suspensão de Liminar n. 995 - STF	59
2.2.4 Ação Civil Pública n. 1030014-50.2021.4.01.3200/AM e respectivos Pedidos de Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela	68
2.2.5 A solução consensual alcançada nas Ações Cíveis Públicas...	76
2.3 Demandas judiciais reflexa ou indiretamente relacionadas ao caso ...	82
2.3.1 Ação Ordinária n. 1012027-22.2017.4.01.3400/DF	82
2.3.2 Mandado de Segurança n. 1002594-23.2019.4.01.3400/DF e Pedido de Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela n. 1014025-69.2019.4.01.0000	89
2.3.3 Ação Ordinária n. 1018309-42.2018.4.01.3400/DF e Ação Civil Pública n. 1003750-98.2018.4.01.3200/AM	92
2.3.4 Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.905/RR	96
2.4 Delimitação do objeto de estudo e considerações	99
3 Diálogos e a teoria dos processos estruturais	101
3.1 Contextualização: breves notas introdutórias sobre os diálogos institucionais, interculturais e a teoria dos processos estruturais	101
3.2 Diálogos institucionais (interinstitucionais ou constitucionais)	104
3.3 Diálogos interculturais em matéria indígena	110
3.3.1 O direito à consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas no Brasil e a Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais	113

3.3.2 Da ausência de regulamentação da consulta prévia aos povos indígenas, aos protocolos autônomos de consulta: qual o procedimento a seguir?	120
3.3.3 Considerações sobre a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas em procedimentos de licenciamento ambiental.....	128
3.4 Litígios e processos estruturais	134
3.4.1 Conceitos e características.....	135
3.4.2 Flexibilização, fases do processo estrutural e os parâmetros para a intervenção judicial estrutural em políticas públicas	141
3.4.3 Perspectiva normativa: o Projeto de Lei n. 03/2025.....	149
4 Os litígios do caso “Linhão de Tucuruí” em Roraima e seu tratamento processual (dialógico-estrutural)	159
4.1 Diálogos interculturais no licenciamento ambiental do caso Linhão...159	
4.1.1 Breve contextualização histórica acerca do povo indígena Waimiri Atroari.....	159
4.1.2 Marcos principais de licenciamento ambiental no caso Linhão	163
4.2 Natureza estrutural dos litígios relacionados ao Linhão de Tucuruí....	177
4.3 Análise crítica quanto ao tratamento estrutural e a condução dialógica nos processos judiciais referentes ao caso Linhão de Tucuruí em Roraima.....	182
4.4 Parâmetros para um tratamento adequado em litígios estruturais similares.....	197
Considerações Finais.....	209
Referências Bibliográficas.....	215